

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 38.039 - PE (2013/0162544-6)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : LUIZ DE FRANÇA VALERIANO DE LIMA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **LUIZ DE FRANÇA VALERIANO DE LIMA** contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Consta dos autos que o recorrente foi acusado por, em tese, conceder diversos benefícios previdenciários de forma fraudulenta.

Tal fato desencadeou a instauração da ação penal 0007547-71.2005.4.05.8300 em trâmite perante a 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, pleiteando o trancamento da ação penal ao argumento de que o acusado já respondeu pelos mesmos fatos na ação penal 0007466-59.2004.4.05.830, na qual foi absolvido por insuficiência de provas.

A ordem foi denegada, nos termos da seguinte ementa:

"CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL.  
LITISPENDÊNCIA. INOCORRÊNCIA. DENEGAÇÃO DA  
ORDEM.

1. Habeas corpus impetrado em favor do paciente sob alegação de litispendência entre a ação penal nº 0007547-71.2005.4.05.8300 e a ação penal nº 0007466-59.2004.4.05.8300, em razão de os fatos narrados naquela ação penal já estariam incluídos nessa.

2. O fato de o paciente sido absolvido por ausência de provas na ação penal nº 0007466-59.2004.4.05.8 não é causa suficiente para afastar o procedimento penal nº 0007547-71.2005.4.300 que tem por objeto a concessão irregular de benefícios específicos, não contemplados naquela ação.

3. Precedente do TRF da 4ª Região:

4. Denegação da ordem." (e-STJ, fl. 142)

Nas razões recursais, o recorrente renova a tese defensiva pelo trancamento da ação penal, aduzindo que há clara litispendência entre a ação penal 0007547-71.2005.4.4.05.8300 e a ação penal 0007466-59.2004.4.05.8300, ao argumento de que o fundamento de que os fatos narrados naquela ação já estariam incluídos na anterior, em que o recorrente já foi absolvido por insuficiência de provas.

Sustenta, em síntese, que, " ... em face de tríplice identidade da ação (causa de pedir, partes e objeto e a exata descrição de fato menor abarcado em denúncia de extensa descrição de condutas delitivas), deve ser reconhecida a litispendência para fulminar a presente pretensão do órgão de acusação." (e-STJ, fl. 154).

Requer o provimento do recurso para que seja reconhecida a litispendência, determinando-se o trancamento da ação penal.

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo não provimento do

# Superior Tribunal de Justiça

recurso.

## É o relatório.

Decido.

De início, convém destacar que "a litispendência guarda relação com a ideia de que ninguém pode ser processado quando está pendente de julgamento um litígio com as mesmas partes (*eadem personae*), sobre os mesmos fatos (*eadem res*), e com a mesma pretensão (*eadem petendi*), que é expressa por antiga máxima latina, o *ne bis in idem*" (HC 229.650/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 8/3/2016, DJe 15/3/2016).

No caso, tal como destacado pelo Tribunal de origem, " ... conquanto as ações penais tratem da conduta do paciente na concessão fraudulenta de diversos benefícios previdenciários, da espécie aposentadoria por tempo de contribuição, observa-se que apesar da segunda ação (nº 0007547-71.2005.4.05.8300) compreender parte do período (1999 a 2003) já referido na ação nº 0007466-59.2004.4.05.8300, **verifica-se que os beneficiários das aposentadorias são diversos**, o que pode levar ao reconhecimento, nesta segunda ação, de provas suficientes à condenação." (e-STJ, fl. 139, grifou-se).

Assim, *a priori*, tem-se que as denúncias não tratam de fatos idênticos, pois a ação penal mais recente " ... tem por objeto a concessão irregular de benefícios específicos, não contemplados naquela ação (anterior)." (e-STJ, fl. 139).

Sobre a controvérsia, vale registrar as considerações do Juízo de 1º grau ao rejeitar a exceção de litispendência quanto ao ora recorrente:

" ... Sem maiores delongas, observo que, na sentença prolatada nos autos da ação penal n.º 0007466-59.2004.4.05.8300 (fls. 32/76), a magistrada proferiu condenação, inclusive em detrimento de GLÊNIO MAURÍCIO PEREIRA DE CARVALHO, tendo considerado que este, em conluio com outros denunciados, havia perpetrado o delito previsto no art. 288, caput, em concurso material com o delito previsto no art. 313-A, c/c art. 71, todos do CPB.

Por outro lado, absolveu o acusado LUÍS DE FRANÇA VALRERIANO DE LIMA dos fatos criminosos a ele imputados, com espeque no art. 386, V, do CPP, ante a ausência de provas de haver o réu concorrido para as infrações criminais ali apuradas.

GLÊNIO MAURÍCIO PEREIRA DE CARVALHO, consoante consignado na sentença, comporia quadrilha voltada à concessão irregular de benefícios previdenciários, nos mesmos moldes traçados nos autos da ação penal n.º 0007547- 71.2005.4.05.8300, atuando em detrimento do INSS.

Mas não foi só.

Quando da consideração da continuidade delitiva, a magistrada levou em conta o fato de GLÊNIO ter concedido "pelo menos oitenta benefícios" de forma irregular na condição de componente da aludida quadrilha.

Aliás, a quantidade de benefícios - bastante substancial, inclusive - fora informação crucial aventada pelo juízo para sopesar o acréscimo decorrente da continuidade delitiva.

Nesse sentido, o ato jurisdicional foi claro ao declinar que:

Como já explicitado acima, a Assessoria de Pesquisas Estratégicas - ÂPE/INSS constatou durante as investigações a existência de pelo menos oitenta benefícios concedidos de forma irregular pela referida

# Superior Tribunal de Justiça

quadrilha, com atuação na APS/Paulista, durante o período de 2000 a 2004, razão pela qual a majorante pela continuidade deve incidir na fração de 1/2 (um meio). (Sentença, fls.32/76).

Ora, a imprecisão do número de benefícios considerados como abarcados pela sentença, todos concedidos entre os anos de 2000 e 2004, - ainda mais frente à máxima *in dubio pro reo* - impõe a esta magistrada arrematar que, dentre as concessões fraudulentas, foram sim computadas aquelas concedidas pelo servidor GLÊNIO PEREIRA DE CARVALHO, objeto da ação penal n.º 0007547-71.2005.4.05.8300.

Ressalte-se que não apenas a sentença, mas também a denúncia, fazem referência, de forma ampla, à atuação reiterada da quadrilha no período de 2000 a 2004. É tanto que a denúncia, embora inclua como acusados alguns, mais precisamente seis, beneficiários da fraude, fez menção, no seu corpo à existência de outros benefícios, o que, como se vê, foi valorado quando da dosimetria da pena.

**Já com relação ao réu LUÍS DE FRANÇA VALERIANO DE LIMA, é bem verdade que foi absolvido dos fatos criminosos a ele imputados nos autos da ação penal n.º 0007466-59.2004.4.05.8300, com fundamento no art. 386, V, do CPP, ou seja, em face da ausência de provas de haver o réu concorrido para as infrações criminais ali apuradas.**

**Apesar disto, sobretudo levando em consideração o fundamento ensejador da absolvição - ausência de provas suficientes nada impede que, com relação aos benefícios especificamente constantes na denúncia da ação penal n.º 0007547-71.2005.4.05.8300, venha este juízo a proferir condenação, uma vez presente prova bastante para tal." (e-STJ, fls. 25-26, grifou-se).**

Dessa forma, tendo em vista que na primeira ação penal proposta o recorrente foi absolvido por insuficiência de provas e considerando que a nova denúncia abarca situações de benefícios não previstas anteriormente, os fatos apurados nas referidas ações penais não guardam identidade, não, havendo, portanto, o alegado *bis in idem* sustentado pela defesa.

O caso é diferente do corréu, Glênio Pereira de Carvalho, já que, conforme acima explicitado, ele sim foi condenado nos autos da ação penal n.º 0007466-59.2004.4.05.8300. Inclusive, na sentença, dada a inexatidão do número de benefícios concedidos irregularmente, o magistrado aplicou a regra da continuidade delitiva na fração de 1/2, de forma a abarcar todos os crimes cometidos entre 2000 e 2004. Assim, mesmo com a notícia superveniente de novos benefícios irregulares concedidos nesse período, tais infrações, como ressaltou o Juízo de 1º grau, já foram computadas na sentença, com majoração pela continuidade delitiva.

Já no caso do recorrente, houve absolvição por ausência de provas em relação à denúncia anterior. Porém, depois, sendo descobertas novas infrações, há a possibilidade de que, levando em conta as novas informações dos benefícios especificamente constantes na denúncia da ação penal n.º 0007547-71.2005.4.05.8300, haja provas suficientes para embasar sua condenação, o que certamente será melhor apreciado pelo Juízo processante.

O essencial é que, por ora, dados os elementos constantes dos autos, não há litispendência a ser reconhecida por esta Corte Superior.

# Superior Tribunal de Justiça

Cumpre salientar que, para superar o estabelecido no acórdão da Corte de origem, é indispensável o revolvimento do conteúdo fático-probatório, pois a análise acerca do *bis in idem* entre as ações penais exige metucioso exame sobre seus elementos (identidade de partes, dos fatos e da pretensão), de forma que, conclusão em sentido contrário ao registrado pela instância ordinária, demandaria o reexame de matéria fática, o que é vedado nos estreitos limites desta impugnativa do *habeas corpus*.

A propósito:

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. LITISPENDÊNCIA NÃO VERIFICADA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO. INSUFICIÊNCIA À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

**1. A pretensão de reconhecimento da litispendência não se limita ao exame da imputação inicial, pois necessária a apuração da coincidência fática de atuação da organização criminosa, das diversas condutas e das dezenas de denunciados existentes nos dois processos, o que demanda reavaliação probatória e não cabe enfrentamento na via estreita do writ.**

[...]

4. Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 100.303/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 07/03/2019, grifou-se).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CONTRABANDO DE CIGARROS. TRANCAMENTO. BIS IN IDEM. ALEGAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE INEQUÍVOCA ENTRE OS FATOS DESCRITOS NAS DENÚNCIAS. BIS IN IDEM. NÃO OCORRÊNCIA. REVOLVIMENTO DE MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO INVIÁVEL NA PRESENTE VIA. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

[...]

IV - Não há, entre as aludidas denúncias, coincidência capaz de afirmar a configuração da litispendência. Cada denúncia se refere a organização criminosa, em tese, distinta, pois não há identidade quanto aos seus integrantes, nem há exata coincidência quanto ao período em que os fatos foram praticados. Ademais, em cada uma delas o envolvimento do recorrente nas organizações criminosas é narrado de forma diversa: ora ele é acusado de utilizar estrutura providenciada pelo corrêu; ora é apontado como líder da organização; e em outra ação é tido apenas como integrante do grupo criminoso.

**V - Para alcançar conclusão inversa da externada pelo acórdão hostilizado, que deixou de reconhecer a litispendência entre as ações penais, seria necessário o exame aprofundado de provas, inviável na via eleita. Recurso ordinário não provido.**" (RHC 77.663/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 25/10/2017, grifou-se).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Desse modo, não se verifica ilegalidade apta a justificar a intervenção desta Corte.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

